

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	44

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.861.174
Preferenciais	0
Total	1.861.174
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.089.673	2.126.694	2.153.144
1.01	Ativo Circulante	648.680	72.526	119.316
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	582.394	27.548	76.788
1.01.03	Contas a Receber	41.720	28.568	23.640
1.01.03.01	Clientes	41.720	28.420	23.640
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	148	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.357	3.144	8.929
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.357	3.144	8.929
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.183	5.658	3.981
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.026	7.608	5.978
1.01.08.03	Outros	12.026	7.608	5.978
1.02	Ativo Não Circulante	2.440.993	2.054.168	2.033.828
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.840	32.391	34.775
1.02.01.07	Tributos Diferidos	7.997	26.647	30.078
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	10.473	0	30
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	382
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.370	5.744	4.285
1.02.03	Imobilizado	2.569	1.529	2.264
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.569	1.529	2.264
1.02.04	Intangível	2.415.584	2.020.248	1.996.789
1.02.04.01	Intangíveis	2.415.584	2.020.248	1.996.789
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.415.584	2.020.248	1.996.789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.089.673	2.126.694	2.153.144
2.01	Passivo Circulante	89.504	1.003.589	1.114.721
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.399	12.062	12.572
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.399	12.062	12.572
2.01.02	Fornecedores	48.843	17.547	18.961
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.843	17.547	18.961
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.476	8.269	11.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.468	5.795	8.699
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.468	5.795	8.699
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	12	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.996	2.462	2.467
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.630	958.318	959.315
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	953.074	950.262
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	953.074	950.262
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	6.630	5.244	9.053
2.01.05	Outras Obrigações	2.156	7.393	112.695
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	389	109.595
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	389	109.595
2.01.05.02	Outros	2.156	7.004	3.100
2.01.05.02.04	Outros passivos	2.156	7.004	3.100
2.02	Passivo Não Circulante	1.138.995	633.700	631.028
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.012.073	5.235	2.795
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.008.727	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.346	5.235	2.795
2.02.02	Outras Obrigações	16.321	460.117	470.546
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	456.138	466.190
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	456.138	466.190
2.02.02.02	Outros	16.321	3.979	4.356

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.03	Fornecedores	16.321	3.979	4.356
2.02.04	Provisões	108.914	165.430	154.134
2.02.04.02	Outras Provisões	108.914	165.430	154.134
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	7.393	2.684	3.235
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	101.521	162.746	150.899
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.687	2.918	3.553
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	1.687	2.918	3.553
2.02.05.01.01	Outros passivos	1.687	2.918	3.553
2.03	Patrimônio Líquido	1.861.174	489.405	407.395
2.03.01	Capital Social Realizado	1.521.811	392.058	373.082
2.03.04	Reservas de Lucros	339.363	97.347	34.313
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	255.427	57.460	8.759
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	83.936	39.887	25.554

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.059.961	635.296	610.926
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-671.339	-382.020	-379.148
3.03	Resultado Bruto	388.622	253.276	231.778
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.533	-43.712	-45.778
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.502	-44.593	-42.191
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.969	881	-3.587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	337.089	209.564	186.000
3.06	Resultado Financeiro	-37.340	-136.223	-136.506
3.06.01	Receitas Financeiras	44.798	3.914	3.722
3.06.02	Despesas Financeiras	-82.138	-140.137	-140.228
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	299.749	73.341	49.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-57.733	-10.307	-4.649
3.08.01	Corrente	-39.083	-6.876	-6.254
3.08.02	Diferido	-18.650	-3.431	1.605
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	242.016	63.034	44.845
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	242.016	63.034	44.845
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,21152	0,16138	0,12281

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	242.016	63.034	44.845
4.03	Resultado Abrangente do Período	242.016	63.034	44.845

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	366.240	206.647	219.526
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	396.340	395.356	288.893
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.122	-133.951	-13.991
6.01.03	Outros	-1.978	-54.758	-55.376
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-467.376	-150.772	-152.015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	655.982	-105.115	-28.273
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	554.846	-49.240	39.238
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.548	76.788	37.550
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	582.394	27.548	76.788

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.058	0	97.347	0	0	489.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.058	0	97.347	0	0	489.405
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.129.753	0	0	0	0	1.129.753
5.04.01	Aumentos de Capital	1.129.753	0	0	0	0	1.129.753
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	44.049	197.967	0	242.016
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	242.016	0	242.016
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	44.049	-44.049	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	44.049	-44.049	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	197.967	-197.967	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.967	-197.967	0	0
5.07	Saldos Finais	1.521.811	0	339.363	0	0	1.861.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.976	0	0	0	0	18.976
5.04.01	Aumentos de Capital	18.976	0	0	0	0	18.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	14.333	48.701	0	63.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.034	0	63.034
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.07	Saldos Finais	392.058	0	97.347	0	0	489.405

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	9.060	-19.592	0	353.026
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.524	0	0	0	0	9.524
5.04.01	Aumentos de Capital	9.524	0	0	0	0	9.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	16.494	28.351	0	44.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.845	0	44.845
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	16.494	-16.494	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	16.494	-16.494	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.759	-8.759	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.759	-8.759	0	0
5.07	Saldos Finais	373.082	0	34.313	0	0	407.395

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	1.114.522	678.755	652.384
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	660.668	525.084	501.931
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	453.854	153.671	150.453
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-573.955	-298.912	-303.054
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-453.854	-153.671	-150.453
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.994	-87.205	-101.851
7.02.04	Outros	-67.107	-58.036	-50.750
7.03	Valor Adicionado Bruto	540.567	379.843	349.330
7.04	Retenções	-75.505	-66.906	-59.288
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.505	-66.906	-59.288
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	465.062	312.937	290.042
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.767	4.795	135
7.06.02	Receitas Financeiras	44.798	3.914	3.722
7.06.03	Outros	1.969	881	-3.587
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	511.829	317.732	290.177
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	511.829	317.732	290.177
7.08.01	Pessoal	62.655	52.679	48.548
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.197	43.500	41.058
7.08.01.02	Benefícios	6.613	6.672	5.211
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.845	2.507	2.279
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	123.740	60.646	54.371
7.08.02.01	Federais	91.837	35.274	30.224
7.08.02.02	Estaduais	330	305	192
7.08.02.03	Municipais	31.573	25.067	23.955
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.418	141.373	142.413
7.08.03.01	Juros	79.700	139.451	139.789
7.08.03.02	Aluguéis	1.349	1.859	2.604
7.08.03.03	Outras	2.369	63	20

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	242.016	63.034	44.845
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	242.016	63.034	44.845

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2023

Aos Acionistas

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária", "Nova Rota", "Companhia") submete à apreciação o Relatório da Administração (RA), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e usuários, incluindo a apresentação do balanço social, com as principais responsabilidades da Companhia.

O Relatório de Administração apresenta informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais, sociais e outras) para melhor atendimento aos nossos diversos usuários, em linha com as boas práticas de apresentação, e conforme determinação da Lei das S.A. e orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), considerando, também, as disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

1. Introdução

A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT, no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo e executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste S.A. em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO").

A Companhia era controlada pela OTP Rodovias S.A. até 02 de maio de 2023, quando, em atendimento a um dos itens do TAC Plano de Ação ("TAC"), concluiu a transferência da totalidade das ações para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR"), sociedade de economia mista que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, conforme regrado nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações avençado entre as partes.

A Nova Rota, até a data de referência em 31 de dezembro de 2023, é controlada diretamente pela MTPAR, conforme organograma abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Os principais investimentos em ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 08 (oito) anos e estão regrados conforme o TAC Plano de Ação, assinado em 04 de outubro de 2022.

A Administração da Concessionária mantém o compromisso com o Poder Concedente e os usuários da rodovia no fiel e tempestivo cumprimento de todas as suas obrigações abarcadas no Contrato de Concessão e no TAC Plano de Ação.

1.1. Destaques de 2023

- ✚ Crescimento do tráfego VEP¹/dia de 5,5% em comparação ao ano de 2022;
- ✚ EBITDA ajustado 2023 totalizou R\$ 411.809 mil com margem EBITDA de 67,9%, variação positiva de 39% ante ao ano passado;
- ✚ Os investimentos totais da companhia em 2023 totalizaram R\$ 519.675 mil;
- ✚ Total acumulado de R\$ 31.525 mil recolhidos em impostos sobre receitas e (ISSQN) aos 19 municípios localizados na faixa de domínio em 2023, aumento de 26% em relação ao ano de 2022;
- ✚ Troca de controle acionário da Concessionária para a MTPAR em 02 de maio de 2023;
- ✚ Decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT) sobre a concessão de um período de transição de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de dezembro de 2023, para adaptação da Nova Rota ao regime jurídico de licitações previsto na Lei n. 13.303/2016.
- ✚ Início da Conservação dos trechos rodoviários que permaneceram sob a responsabilidade do DNIT, entre Cuiabá à Rondonópolis.

1.2. Perspectivas

A Troca de Controle Acionário da Concessionária é um marco histórico para o setor de infraestrutura brasileira: é a primeira vez que um Estado da Federação assume o controle de uma concessão em andamento, em uma solução que: (i) mantém o Contrato original com suas obrigações, ao mesmo tempo economizando recursos do Poder Público em novos estudos de viabilidade técnica; (ii)

¹ VEP – Veículos Equivalentes Pagantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

antecipa prazos de entregas de obras de melhoria aos usuários da rodovia comparado com o cenário de relicitação; (iii) possibilita a reestruturação econômico-financeira da Companhia; e, consequentemente, (iv) a retomada imediata dos investimentos em obras na rodovia.

Com o início da eficácia do TAC em 03 de maio de 2023, a Administração da Companhia tem endereçado os principais passivos do Projeto até a Troca de Controle, quais sejam: (i) sobrestamento dos passivos regulatórios com o Poder Concedente quanto as inexecuções do Contrato de Concessão e subsequente exclusão quando do atendimento integral ao TAC; (ii) renegociação e reperfilamento de seu passivo financeiro; e (iii) liquidez da Companhia para retomada dos investimentos do TAC na Rodovia mediante injeção de capital do novo controlador.

Em resumo, o TAC e a Troca de Controle permitem que a Concessionária siga prestando seus serviços aos usuários da BR-163/MT com a garantia da retomada imediata das obras de ampliação e melhorias ao Sistema Rodoviário. Sob a nova alcunha de “Nova Rota do Oeste”, a Concessionária reforça seu compromisso com a população do Estado de Mato Grosso e garante a execução de suas obrigações sob o prisma do interesse público.

O Investimento total a ser realizado previsto no TAC abarca 336 km de duplicação, 34 obras de arte especiais (pontes, trevos, viadutos, entre outros), passarelas e a recuperação completa de todas as pistas existentes entre a divisa com o Mato Grosso do Sul e o município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito-fechado de TV, 850 km de fibra óptica, aparelhos de sensoriamento de pista, antenas repetidoras, e postos de pesagem distribuídos ao longo da Concessão, entre outras obrigações.

Desde o primeiro dia da MTPAR S.A. à frente da Nova Rota, estão mobilizadas cinco frentes simultâneas de recuperação de pavimento da BR-163/MT e Rodovia dos Imigrantes (BR-070), de Cuiabá a Sinop. Ainda como parte do plano de ataque está a assunção do trecho da BR-163/MT - de Cuiabá a Rondonópolis - que está em recuperação de pontos críticos; e, ainda, a readequação viária da travessia urbana de Sinop.

Em 1º de julho de 2023 a Nova Rota anunciou o pacote de obras de duplicação de 86 km entre os trechos de Posto Gil (localizado no km 507 da BR-163/MT, município de Diamantino) e o município de Nova Mutum (localizado no km 593 da BR-163/MT). O projeto, além da duplicação, contempla pontes, viadutos e a recuperação estrutural completa da pista antiga.

A retomada da duplicação, além dos benefícios de segurança viária e redução de acidentes, reflete também na economia do Estado de Mato Grosso, uma vez que movimentará o mercado de trabalho e poderá trazer maior competitividade no valor do frete rodoviário.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego e Economia do Mato Grosso

A BR-163/MT é uma rodovia significativa para o corredor de transporte rodoviário do País, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias da cadeia do agronegócio. A região beneficiada pela rodovia é um polo produtor de destaque nacional de soja, milho e algodão,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

além de criação de gado, sendo o estado de Mato Grosso um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos no país¹.

O principal fator de crescimento econômico do Estado foi o agronegócio haja vista as condições favoráveis de clima, solo e relevo da região. O Estado do Mato Grosso em 2023², teve um aumento de 16% na produção da safra 22/23 frente a safra de 21/22 referente a soja, milho e algodão.

Durante o ano de 2023, O tráfego em Veículos Absolutos (VAB) cresceu de 6% em relação a 2022, sendo um aumento relevante de 9% nos Veículos Leves e um incremento de 5% nos Veículos Pesados.

Quando observado o fluxo de Veículos Equivalente em eixos pagantes (VEP) totalizou 115.061 mil em 2023, um crescimento de 5% comparado ao ano de 2022. O tráfego do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

VAB (em milhares)			
Categoria	2023	2022	Var. (%)
Pesados	16.615	15.895	5%
% Veic. Eq. Totais	58%	59%	(1%)
Leves	12.139	11.141	9%
% Veic. Eq. Totais	42%	41%	1%
Total VAB	28.754	27.035	6%

VEP (em milhares)			
Categoria	2023	2022	Var. (%)
Pesados	103.037	98.050	5%
% Veic. Eq. Totais	90%	90%	(0%)
Leves	12.024	11.028	9%
% Veic. Eq. Totais	10%	10%	0%
Total VEP	115.061	109.078	5%

O aumento de Tráfego de Leves em 2023 reflete um crescimento vegetativo do tráfego na rodovia, não estando atrelado a nenhum evento não-recorrente.

¹ Relatório da Companhia Nacional de Abastecimento ("CONAB", empresa pública do Governo Federal) em set/2023.

² Boletim de Oferta e Demanda divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada ("IMEA") em set/2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O aumento de Tráfego de Pesados em 2023 reflete o aumento de 16% da exportação do estado do Mato Grosso em 2023 comparado a 2022, devido a safra recorde de 22/23 referente a soja, milho e algodão, segundo dados do sistema Comex¹.

2.2. Receita

A receita operacional bruta atingiu em 2023 um total de R\$ 1.114.521 mil, representando um aumento de 64% comparado ao ano de 2022, conforme o quadro abaixo:

Receita (em milhares de reais)			
Descrição	2023	2022	Var. (%)
Receitas de Pedágio	653.510	519.701	26%
Receitas Acessórias e Outras	7.157	5.384	33%
Receita de Construção ICPC 01	453.854	153.671	195%
Receita Bruta	1.114.521	678.756	64%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(54.513)	(43.411)	26%
Outras deduções	(47)	(48)	(2%)
Receita Líquida	1.059.961	635.296	67%

A Receita de Pedágio apresentou em 2023 aumento de 26% frente a 2022, devido ao aumento de tráfego destacado no quadro do tópico **2.1. Tráfego**.

A conta de Receitas Acessórias, advinda da exploração do uso da faixa de domínio, se encontram 33% acima do aferido no mesmo período do ano passado. O aumento se explica por pagamentos de parcelas em atraso de usuários da faixa de domínio.

A Receita de Construção reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa o registro contábil das obras realizadas pela Companhia. Apresentou um aumento de 195% acima do mesmo período de 2022, reflexo da retomada imediata das obras após a efetivação do TAC. Maiores detalhes quanto às frentes de serviço da Concessionária se encontram no tópico **2.8 Investimentos**.

¹ Base de dados "Comex Stat" (Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil) em dez/2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.4. Custos e Despesas

Custos e Despesas (em milhares de reais)			
Descrição	2023	2022	Var. (%)
Custos dos serviços	(145.653)	(142.030)	3%
Custos de obra de infraestrutura	(453.854)	(153.671)	195%
Depreciação e Amortização	(75.506)	(66.906)	13%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	-	(21.941)	(100%)
Despesas Gerais e Administrativas	(49.831)	(42.066)	18%
Total Custos e Despesas	(724.843)	(426.614)	70%

O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 3% no ano de 2023, os principais impactos negativos derivaram do aumento de 14% na rubrica de Salários e Encargos, ocasionado pelo crescimento do quadro de funcionários, 8% nos Gastos Gerais, devido à retomada dos investimentos e à aplicação de Verbas Contratuais não obrigatórias. Por outro lado, houve impactos positivos, como a redução de 40% com seguros contratuais. Esse declínio decorreu da substituição da apólice de Seguro Garantia de execução do Contrato de Concessão, resultante da diminuição da percepção de risco do contrato após a assinatura do TAC e efetivação da troca de controle da Nova Rota.

O Custo com obras de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 195% no ano de 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior, vide explicação no tópico **2.2. Receitas** e detalhamento no tópico **2.8 Investimentos**.

A rubrica de Provisão para Conserva Especial reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa a criação de saldo para recomposição de vida útil futura nos trechos duplicados, no qual a Concessionária cessou a composição da verba no 3T22 devido ao cenário de Devolução Amigável. A provisão já constituída, vem sendo realizada com obras de recuperação da infraestrutura nos trechos já implantados.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 18% em comparação a 2022 reflexo do aumento de 37% na rubrica de Salários e Encargos, devido ao aumento no quadro de funcionários e do efeito inflacionário de 4,6%. Em contrapartida, registrou-se uma redução de 49% nas rubricas Serviços de Terceiros e outros gastos referente a descontinuação de contratos com Partes Relacionadas do antigo controlador, a Companhia teve custos devido a Indenização Jurídica não-recorrente no 3T23 em função do encerramento da Arbitragem e processos judiciais junto a ANTT.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2.5. EBITDA Ajustado**

EBITDA Ajustado (em milhares de reais)			
Descrição	12M23	12M22	Var. (%)
Resultado líquido do período	242.256	63.034	284%
(+/-) Impostos (IR/CSLL)	102.198	24.639	315%
(+/-) Receita de Subvenção Governamental	(44.705)	(14.333)	212%
(+/-) Resultado Financeiro	37.337	136.223	(73%)
(+/-) Outras (Despesas) Receitas	(1.968)	(881)	123%
(+/-) Depreciação / Amortização	75.506	66.906	13%
(+/-) Provisões	1.185	21.390	(94%)
EBITDA	411.809	296.979	39%
Margem EBITDA	68%	62%	10%

O EBITDA ajustado em 2023 atingiu o montante de R\$ 411.809 mil, registrando um aumento de 39% em relação ao exercício de 2022. Os ajustes foram realizados em função dos itens que não impactaram a geração de caixa da Companhia. A margem do EBITDA Ajustado de 68% representa um aumento de 10%, em relação a 2022.

A variação positiva do ano de 2023 ante 2022 é explicada, principalmente, pelo aumento do Lucro Líquido, resultado do aumento do Resultado Financeiro e da Receita Líquida Operacional de 2023.

2.6. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em milhares de reais)			
Descrição	2023	2022	Var. (%)
(+) Receitas Financeiras	44.801	3.914	1045%
(-) Despesas Financeiras	(82.137)	(140.137)	(41%)
(-) Juros sobre Empréstimos	(61.245)	(169.619)	(64%)
(-) Juros sobre atraso	(1.649)	36.395	(105%)
(-) Outras	(19.244)	(6.913)	178%
Resultado Financeiro Líquido	(37.337)	(136.223)	73%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Resultado Financeiro de 2023 findou o ano negativo em R\$ 37.337 mil com aumento de 73% comparado ao ano anterior. Refletindo dois movimentos distintos: (i) aumento nas Receitas Financeiras, resultado do aumento do saldo de caixa aplicado em instrumentos financeiros de baixo risco e liquidez diária, devido ao aporte de R\$ 690 milhões quando da eficácia do TAC pelo novo controlador, resultando em um total de R\$ 44.801 mil de Receitas Financeiras; e (ii) redução das Despesas Financeiras a partir de maio de 2023, resultado do reperfilamento do Passivo Financeiro da Companhia perante 07 (sete) instituições financeiras (remunerados conforme Nota Explicativa 16). Após a Troca de Controle, o passivo financeiro passou a ser devido ao MTPAR FIDC NP em termos e condições que seguem em negociação.

2.7. Endividamento

Endividamento (em milhares de reais)			
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	1.008.727	953.074	6%
(+) Arrendamento mercantil operacional	9.977	10.479	(5%)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	582.399	27.549	2014%
(=) Dívida Líquida	436.304	936.004	(53%)

O Endividamento líquido da companhia apresentou no ano de 2023 uma redução de 53% frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 436.304 mil, devido ao reperfilamento do Passivo Financeiro da Companhia e de aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, resultado do aporte de R\$ 690 milhões realizado pelo novo controlador após a eficácia do TAC.

2.8. Investimentos

Os investimentos acumulados no ano de 2023 totalizaram 519.675 mil, dos quais R\$ 453.854 mil pertencem ao custo de obra de infraestrutura, englobando as rubricas de indireto, obras, adequações e intangível.

A seguir, os principais trechos realizados durante o ano de 2023:

TRECHO NORTE - KM 507 AO KM 855

Adequação de Parâmetros 09 meses

Início da duplicação Posto Gil a Nova Mutum

TRECHO CENTRO - KM 261,9 AO 320,9 | KM 321,3 AO KM 507

Adequação de Parâmetros 09 meses – Rod. Imigrantes – KM 321,3 AO KM 353,3 (BR-070)

Adequação de Parâmetros 09 meses – 108 km – KM 353,5 AO KM 461,7 (BR-364)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reforma posto PRF 06 Diamantino

Construção da base definitiva SAU 07 – km 303,400

TRECHO SUL - KM 0 AO KM 261,9

Implantação de passarela em Rondonópolis - km 121,6

Recuperação Estrutural - Ponte sobre o Rio Vermelho - km 121,1 – Rondonópolis

Adequação Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis

Construção da base definitiva SAU 04 – km 167,200

Construção da base definitiva SAU 05 – km 212,500

2.9. Captação de Recursos

Com a retomada dos investimentos de ampliação de capacidade, recuperação e operacional, foi iniciado o processo de estruturação de um Financiamento de longo prazo para viabilizar os investimentos necessários no prazo de previsto no TAC.

2.10. Valor Adicionado

A Nova Rota gerou, em 2023, o valor adicionado de R\$ 511.829 mil, representando 46% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 61% em relação a 2022, quando o valor adicionado foi de R\$ 317.732 mil, representando 47% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está apresentada a seguir.

Demonstração do Valor Adicionado	
Item	Distribuição
Pessoal	12%
Impostos, Taxas e Contribuições	24%
Remuneração de Capital de Terceiro	16%
Remuneração de Capital Próprios	47%
Total	100%

2.11. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas. A Companhia destaca que não tem histórico de pagamento de dividendos e JSCP aos acionistas desde sua constituição.

2.12. Planejamento Empresarial

Com a eficácia do TAC Plano de Ação em maio de 2023, a Concessionária atuou nas frentes de retomada das obras de recuperação da rodovia e ampliação de capacidade, além de negociações com o Poder Concedente, Prefeituras, Órgãos Reguladores e preparativos para o financiamento do saldo de obrigações do TAC.

2.13. Gestão pela Qualidade Total

Alinhado com as políticas de desenvolvimento sustentável e com as obrigações constantes no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a Nova Rota possui implementado o Sistema de Gestão Integrado – SGI certificado, desde 2016, nas normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Através da sua Política de Sustentabilidade e Qualidade, é demonstrado o compromisso da Concessionária na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e para as melhores práticas de governança corporativa.

A Concessionária Nova Rota do Oeste recebeu em janeiro de 2023 o Selo Verde pela segunda vez consecutiva. Esse reconhecimento, concedido pelo Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDA), avalia as soluções ecológicas e ambientais existentes nos serviços prestados pelas empresas e atesta a responsabilidade ambiental e investimentos em sustentabilidade ao realizar as atividades com o menor impacto ambiental possível.

Em março de 2023, a Nova Rota recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT a renovação da Licença de Instalação nº 75238/2023 referente a Duplicação da BR-163, Trecho do km 94,9 ao km 119,9, com validade até 2029.

Já em agosto de 2023, a ANTT divulgou o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das Concessões de Rodovias Federais, no qual a Nova Rota do Oeste foi classificada em 1º lugar, obtendo a pontuação máxima de 84,85% entre todas as concessionárias reguladas pela ANTT. Destaca-se que foi a única a ser enquadrada na Classe A.

2.14. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas na empresa é feita sob a confiança nessas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A Concessionária terminou o ano de 2023 com o efetivo de 914 integrantes diretos (não incluindo estagiários e aprendizes).

A Nova Rota investiu na intensificação de treinamentos de Desenvolvimento de Pessoas com os programas de Formação de Sucessores, Programa Escola de Líderes, programa de, Conecta, Formação de Equipes Administrativas, Formação de Controladores, cursos específicos por áreas, totalizando mais de 98% dos integrantes treinados e capacitados, mais de 18.390 horas de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

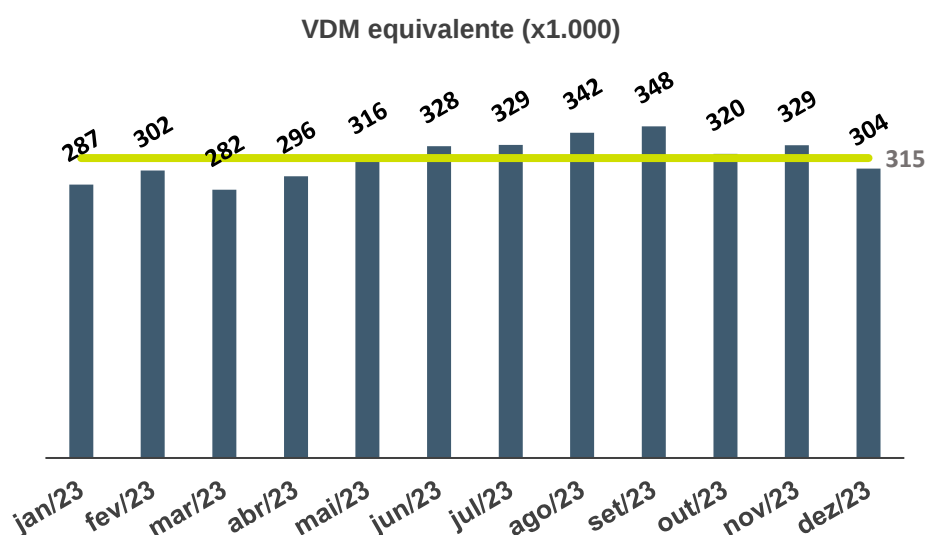
treinamento em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos integrantes oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

3. Indicadores Operacionais

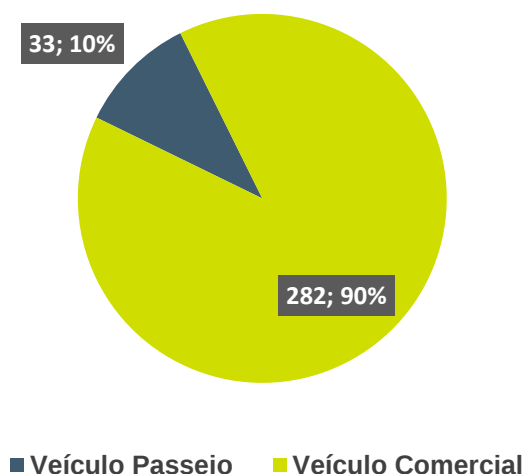
3.1. Caracterização do Tráfego

Volume

Nas figuras a seguir é apresentado o Volume Diário Médio de veículos de passeio e comercial:



VDM equivalente por tipo de veículo (x1.000)

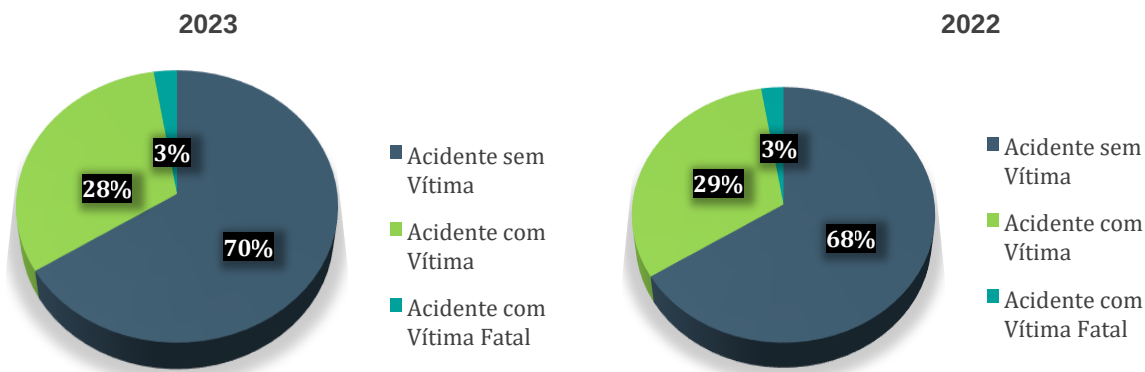


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

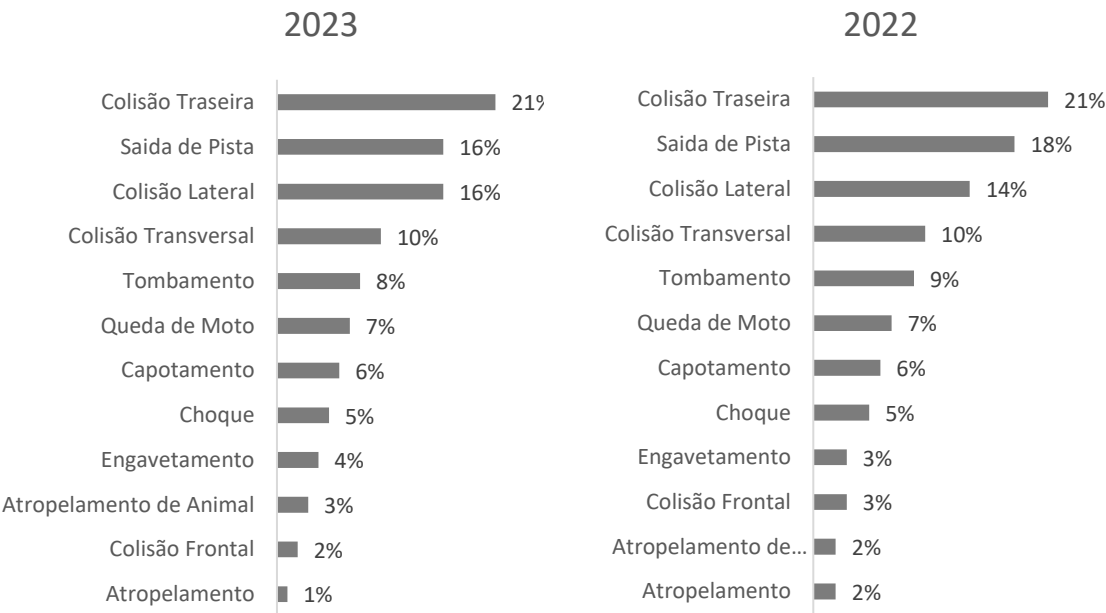
3.2. Segurança no Trânsito

3.2.1. Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e tipo de ocorrência no exercício corrente e no exercício anterior. Percentual de acidentes por gravidade em 2023 e 2022.



A figura a seguir apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia no ano de 2023 e 2022:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Dados Operacionais da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade/Km
Ambulância de Resgate/UTI - Tipo D	5	0,6
Ambulância de Resgate - Tipo C	16	1,9
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,6
Carreta de PMV	10	1,2
Guincho Leve	21	2,5
Guincho Pesado	11	1,3
Guindauto	5	0,6
Caminhão – Pipa	5	0,6
Veículo de inspeção	25	2,9
Total de Veículos Operacionais	103	12,1
Administrativo	44	5,2
Fiscalização ANTT	3	0,4
Manutenção	22	2,6
Total de Veículos de Apoio	69	8,1
Total de Veículos Operacionais	172	20,2

3.3.2. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Diretoria de Operações	9	0,26
Diretor de Operações	1	0,03
Gerente de Operações	1	0,03
Coordenador de Operações	4	0,12
Analista Administrativo	3	0,09
Centro de Controle de Operações - CCO	29	0,83
Supervisor de Operações (CCO)	1	0,03
Controlador de Centro de Controle de Operações I	8	0,23
Controlador de Centro de Controle de Operações II	16	0,46
Controlador de Centro de Controle de Operações III	4	0,12
Gestão da Frota	6	0,17
Analista de Frota	1	0,03
Técnico de Manutenção Frota	4	0,12
Assistente Administrativo	1	0,03
Equipe Operação	Quantidade	Pessoas/VDMA
Praças de Pedágio	328	9,44
Supervisor de Operações (pedágio)	2	0,06
Lider de Pedágio	35	1,01
Operador de Pedágio	269	7,74
Operador de Pedágio e Pesagem	13	0,37
Supervisor de Pesagem	1	0,03
Auxiliar de Serviços Gerais	8	0,23
Bases de Atendimento ao Usuário	230	6,62
Supervisor de Operações (tráfego)	10	0,29
Operador de Tráfego I	178	5,12
Operador de Tráfego II	39	1,12

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Analista Adm de Operações Jr	3	0,09
TOTAL	602	17,33

4. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente a receita é obtida pela cobrança da tarifa de pedágio (Receita de Pedágio) e com a permissão para utilização da faixa de domínio da rodovia (Receita Acessória).

4.1. Receita (em R\$ mil)

Receita	2023	Acumulado
Receita de Pedágio	653.510	3.898.120
Receita Acessória	7.157	49.194
Total	660.667	3.947.314

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

4.2. Investimentos (em R\$ mil)

Investimento	2023	Acumulado
Adição de Intangível (CPC 01)	453.854	2.759.164
Total	453.854	2.759.164

4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	2023	Acumulado
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	145.653	1.023.718
Total	145.653	1.023.718

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.4. ISS repassados (em R\$ mil)**

ISS repassados	2023	Acumulado
ISS repassados	31.525	229.107
Total	31.525	229.107

A Nova Rota gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limieiros no valor de R\$ 13.581 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em suas obras, e R\$ 31.525 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio em 2023, aumento de 26% em relação ao ano de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.5. Tarifa**

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio vigente em 31/12/2023.

Multiplicador	Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto. Antonio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
1,0	Categoria 1	R\$ 6,30	R\$ 7,00	R\$ 5,80	R\$ 5,80	R\$ 7,60	R\$ 6,40	R\$ 5,30	R\$ 6,70	R\$ 9,40
2,0	Categoria 2	R\$ 12,60	R\$ 14,00	R\$ 11,60	R\$ 11,60	R\$ 15,20	R\$ 12,80	R\$ 10,60	R\$ 13,40	R\$ 18,80
1,5	Categoria 3	R\$ 9,40	R\$ 10,50	R\$ 8,70	R\$ 8,70	R\$ 11,40	R\$ 9,60	R\$ 7,90	R\$ 10,00	R\$ 14,10
3,0	Categoria 4	R\$ 18,90	R\$ 21,00	R\$ 17,40	R\$ 17,40	R\$ 22,80	R\$ 19,20	R\$ 15,90	R\$ 20,10	R\$ 28,20
2,0	Categoria 5	R\$ 12,60	R\$ 14,00	R\$ 11,60	R\$ 11,60	R\$ 15,20	R\$ 12,80	R\$ 10,60	R\$ 13,40	R\$ 18,80
4,0	Categoria 6	R\$ 25,20	R\$ 28,00	R\$ 23,20	R\$ 23,20	R\$ 30,40	R\$ 25,60	R\$ 21,20	R\$ 26,80	R\$ 37,60
5,0	Categoria 7	R\$ 31,50	R\$ 35,00	R\$ 29,00	R\$ 29,00	R\$ 38,00	R\$ 32,00	R\$ 26,50	R\$ 33,50	R\$ 47,00
6,0	Categoria 8	R\$ 37,80	R\$ 42,00	R\$ 34,80	R\$ 34,80	R\$ 45,60	R\$ 38,40	R\$ 31,80	R\$ 40,20	R\$ 56,40
0,5	Categoria 9	R\$ 3,10	R\$ 3,50	R\$ 2,90	R\$ 2,90	R\$ 3,80	R\$ 3,20	R\$ 2,60	R\$ 3,30	R\$ 4,70
7,0	Categoria 6+1	R\$ 44,10	R\$ 49,00	R\$ 40,60	R\$ 40,60	R\$ 53,20	R\$ 44,80	R\$ 37,10	R\$ 46,90	R\$ 65,80
8,0	Categoria 6+2	R\$ 50,40	R\$ 56,00	R\$ 46,40	R\$ 46,40	R\$ 60,80	R\$ 51,20	R\$ 42,40	R\$ 53,60	R\$ 75,20
9,0	Categoria 6+3	R\$ 56,70	R\$ 63,00	R\$ 52,20	R\$ 52,20	R\$ 68,40	R\$ 57,60	R\$ 47,70	R\$ 60,30	R\$ 84,60
10,0	Categoria 6+4	R\$ 63,00	R\$ 70,00	R\$ 58,00	R\$ 58,00	R\$ 76,00	R\$ 64,00	R\$ 53,00	R\$ 67,00	R\$ 94,00
1,0	Eixos Adicionais	R\$ 6,30	R\$ 7,00	R\$ 5,80	R\$ 5,80	R\$ 7,60	R\$ 6,40	R\$ 5,30	R\$ 6,70	R\$ 9,40

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5. Concessionária em números**

Dados Anuais e por empresa	Unidade de medida e comentário
Características da Via	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram no ano	Leves: 12,5 milhões Pesados 16,7 milhões
Número de praças de pedágio	9
Tarifa	R\$ 6,70 / $\approx$ 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Trânsito médio diário anual equivalente	315.236
Equipes utilizadas na operação	Diretoria de Operações (9); CCO (29); Frota (6); Praças de Pedágio (328); Bases SAU's (230)
Índices de qualidade da estrada	IRI $\leq$ 2,45 IGG $\leq$ 42,87 ATR $\leq$ 4,29
Receita Líquida (s/ receita de construção)	R\$ 606.107mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 195.484 mil
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	914
Despesas de pessoal	R\$ 47,6 milhões
Trabalhadores Subcontratados	1.565
Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 75,5 milhões
Ativo líquido	R\$ 582,4 milhões
Ativo bruto	R\$ 2,4 bilhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 2,3 bilhões
Custo de oportunidade de capital	N/A
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 53,0 milhões

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas em manutenção (custo de construção)	R\$ 453,9 milhões
Outras despesas	R\$ 67,1 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente sem Vítima: 2.969 Acidente com Vítima: 1.188 Acidente com Vítima Fatal: 107
Indicadores	
Receita por KM	R\$ 776 mil/km
Custo por KM	R\$ 230 mil/km

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**6. Balanço Social****Balanço social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

	31/12/2023			31/12/2022		
1 - Faturamento bruto	Valor			Valor		
Receita líquida (RL) (s/ receita de construção)	606.107			481.625		
Resultado operacional (RO)	337.089			209.564		
1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor			Valor		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	53.197			43.500		
Folha de pagamento bruta: Total pago a empresas prestadoras de serviços	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% / FPB	% / RL	Valor	% / FPB	%/RL
Alimentação	7.275	13,68%	1,10%	6.428	14,78%	1,22%
Encargos sociais	11.459	21,54%	1,73%	8.388	19,28%	1,60%
Previdência privada	602	1,13%	0,09%	521	1,20%	0,10%
Saúde	5.718	10,75%	0,87%	5.363	12,33%	1,02%
Segurança e Saúde no trabalho	248	0,47%	0,04%	211	0,49%	0,04%
Educação	101	0,19%	0,02%	74	0,17%	0,01%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	540	1,02%	0,08%	263	0,60%	0,05%
Creches ou auxílio creche	398	-	-	181	-	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Participação os lucros ou resultados	5.852	11,00%	0,89%	2.213	5,09%	0,42%
<u>Outros</u>	<u>126</u>	<u>0,24%</u>	<u>0,02%</u>	<u>91</u>	<u>0,21%</u>	<u>0,02%</u>
Total - Indicadores sociais internos	<u>32.319</u>	<u>60,01%</u>	<u>4,83%</u>	<u>23.733</u>	<u>54,14%</u>	<u>4,49%</u>

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% / FPB	% / RL	Valor	% / FPB	% / RL
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Previdência privada	-	-	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-
Segurança e Saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	-	-	-	-	-
Creches ou auxílio creche	-	-	-	-	-	-
Participação os lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-
<u>Outros</u>	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores sociais internos	-	-	-	-	-	-
Tributos (Exceto encargos sociais)		115.126			54.765	
Total - Indicadores sociais externos		<u>115.126</u>			<u>54.765</u>	

4 - Indicadores ambientais	Valor	Valor
-----------------------------------	--------------	--------------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos relacionados com a produção/ operação da Concessionária	2.026	1.340
Investimentos em programas e/ou projetos externos	574	272
<u>Total de investimentos em meio ambiente</u>	2.600	1.612
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária.	<u>() Não possui metas</u> <u>() Cumpre de 0 a 50%</u> <u>(x) Cumpre de 75 a 100%</u>	<u>() Não possui metas</u> <u>() Cumpre de 0 a 50%</u> <u>(x) Cumpre de 75 a 100%</u>
5 - Indicadores do Corpo Funcional	31/12/2023	31/12/2022
Nº de colaboradores ao final do período ¹	961	804
	18% até 06 meses	14% até 06 meses
	28% de 06 meses a 01 ano	14% de 06 meses a 01 ano
Tempo de serviço	18% entre 01 a 02 anos	19% entre 01 a 02 anos
	14% entre 02 a 05 anos	31% entre 02 a 05 anos
	22% acima de 05 anos	23% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	489	307
Nº de demissões durante o período	334	317
Nº de colaboradores terceirizados	1565	835
Nº de estagiários (as)	8	11
Nº de colaboradores com até 18 anos	40	17
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	127	188

¹ Inclui estagiários, aprendizes e o Centro de Serviços Compartilhados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	662	751
Nº de colaboradores acima de 45 anos	132	135
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	457	524
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	27,00%	14,14%
Remuneração paga a mulheres no período	R\$ 1.164,79	R\$ 1.039,70
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	35	35
% de cargos gerenciais ocupados por negros	11,00%	5,05%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28	35
Total de horas extras trabalhadas	8.945	113.256
Total de horas extras pagas	R\$ 147,39	R\$ 1.830,27
Total de INSS pagos	7.326	4.801
Total de FGTS pago	2.845	2.507
Total de Contribuição Sindical paga	283	215
Total dos demais encargos sociais pagos	1.005	865
Total de ICMS recolhidos no período	-	2
Total de IR recolhido no período	9.630	603
Total de CSLL recolhido no período	19.510	5.722
Total de PIS recolhidos no período	4.094	3.268
Total de COFINS recolhidos no período	18.894	15.083
Total de outros tributos recolhidos no período	31.856	25.370

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - Exercício da cidadania empresarial	31/12/2023	31/12/2022
Número total de acidentes de trabalho	28	14
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	☐ direção ☒ direção e gerencias ☐ todos os colaboradores	☐ direção ☒ direção e gerencias ☐ todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	☐ direção e gerencias ☐ todos os colaboradores ☒ todos + CIPA	☐ direção e gerencias ☐ todos os colaboradores ☒ todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	☐ não se envolve ☒ segue as normas da OIT ☐ incentiva as normas da OIT	☐ não se envolve ☒ segue as normas da OIT ☐ incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	☐ direção ☐ direção e gerencias ☒ todos os colaboradores	☐ direção ☐ direção e gerencias ☒ todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	☐ direção ☐ direção e gerencias ☒ todos os colaboradores	☐ direção ☐ direção e gerencias ☒ todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	☐ não são considerados ☐ são sugeridos ☒ são exigidos ☐ não se envolve	☐ não são considerados ☐ são sugeridos ☒ são exigidos ☐ não se envolve

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia (x) organiza e incentiva	() apoia (x) organiza e incentiva
	75% na Concessionaria	79% na Concessionaria
% de reclamações e críticas solucionadas:	04% no PROCON	03% no PROCON
	21% na Justiça	18% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
	24% Governo	19% Governo
	47% Acionistas	20% Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado	12% Colaboradores	17% Colaboradores
	16% Terceiros	44% Terceiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da sua então controladora, na época, a OTP Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração, demonstrações contábeis e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, que deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relação com Investidores e outros três Diretores sem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por dois diretores.

A Companhia implantou em 2014 um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração; ii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes; iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção; v) avaliação de riscos; vi) auditorias de processos; e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

Com a troca do controle acionário da companhia, a política de conformidade foi submetida a deliberação do Conselho de Administração, sendo integralmente ratificada pela nova gestão.

8. Responsabilidade Social

8.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Em 2023 o programa de Responsabilidade Socioambiental realizou os **seguintes projetos**:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.1.1. Projeto Parada Legal

O projeto visa promover a saúde e bem-estar do usuário da Rodovia, em especial os caminhoneiros, que somam 70% do total de condutores que trafegam pela BR-163, buscando uma forma de atuação preventiva, oferecendo atendimentos médicos, nutricionais e orientativos com foco na conscientização do usuário quanto à sua condição física e às normas e legislações, resultando na melhoria de sua qualidade de vida e na redução dos acidentes causados por questões relacionadas à saúde do motorista.

A Campanha foi realizada em duas edições, a primeira no mês de maio, em Nova Mutum - MT, com parceria da PRF, Detran, Secretaria Municipal de Saúde, e Posto Rodobrás Inpasa. Onde foram atendidos 300 usuários, incluindo verificação de Índice de Massa Corpórea (IMC), aferição de pressão arterial, glicose sanguínea, orientação nutricional, vacinação, exame de acuidade visual, corte de cabelo e massagem, além de orientações gerais com a equipe do Detran e Faixa de Domínio da Nova Rota.

A segunda edição 2023 foi realizada em Rondonópolis - MT, com parceria da PRF, Detran, Secretaria Municipal de Saúde, Sest/Senat, Sesi Saúde, Posto Aldo e Sena Pneus. Nessa edição foram atendidos 344 usuários em um total de 3.278 atendimentos com aferições relacionadas à área da saúde física e bucal, orientações sobre segurança viária e documentações de trânsito, vacinação, corte de cabelo, manicure e massagem, balcão de empregos e faixa de domínio.

8.1.2. Projeto Rota do Bem

O projeto Rota do Bem foi desenvolvido em 2023 pela área de Conformidade com o objetivo de levar o conceito e exemplos de atitudes éticas a alunos do ensino básico da rede municipal. Através de uma dinâmica lúdica e inspirada em sinais placas de trânsito, conduzida por uma equipe de animação profissional, os alunos percorrem o trecho da concessão sob responsabilidade da Companhia vivenciando experiências em que são explicados os conceitos de Compromisso, Respeito, Solidariedade, Honestidade e Ética.

Foram realizadas 03 (três) edições do evento, uma em cada trecho da concessão da BR-163 (Sul – trecho 1, Centro – trecho 2 e Norte – trecho 3). Participaram da ação mais de 650 crianças, além de professores e integrantes da Companhia.

8.1.3. Agosto Lilás

No mês de combate à violência contra as mulheres, a Nova Rota preparou cerca de 40 palestras às mais de 500 Integrantes em todo o trecho da BR-163 entre os municípios de Itiquira e Sinop e na sede, em Cuiabá, para ajudar a libertar mulheres que vivam em situações de violência, seja física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral.

A campanha foi uma iniciativa carregada de intencionalidade do nosso Comitê de Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento, criado para promover um ambiente de trabalho que valoriza e respeita a diversidade e promove a inclusão de todas as pessoas.

8.1.4. Movimento Todos por Elas

A Nova Rota atuou como uma das entidades promotoras do Movimento “Todos por Elas”, uma iniciativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça e do Poder Judiciário de Mato Grosso, realizada

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

por meio da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis, com apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CeMulher) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e a participação de parceiros, unidos com o objetivo de conscientizar a sociedade para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. O evento encerrou a programação alusiva à campanha Agosto Lilás e foi direcionado aos motoristas de transporte de cargas. Todas as transportadoras com sede no município participaram do evento.

Além da Nova Rota do Oeste o movimento contou com a parceria da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Sindicato dos Transportes de Cargas, da Associação dos Transportadores de Cargas, da Associação Comercial e Empresarial, do Sest/Senat e da Prefeitura de Rondonópolis, buscando ações positivas para a conscientização das pessoas contra a violência doméstica e o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

O encontro resultou ainda na elaboração de uma carta de intenções, direcionada para o atendimento das demandas do município em relação ao fortalecimento da rede de apoio e proteção à mulher. Nesse sentido foi registrada a solicitação do Poder Judiciário de Mato Grosso ao Governo do Estado de estender o atendimento da Delegacia da Mulher em Rondonópolis para 24 horas, ampliando a oferta de acolhimento e suporte às mulheres vítimas de violência.

8.1.5. Em cartaz: Amor ao Próximo

Em dezembro, a Nova Rota promoveu uma campanha interna durante o período natalino, incentivando seus colaboradores a adotarem uma postura de responsabilidade social, solidariedade e colaboração. Eles foram encorajados a fazer doações de alimentos não perecíveis e itens de higiene para instituições filantrópicas em Mato Grosso.

A mobilização resultou na arrecadação de mais de 1 tonelada de alimentos, mais de 70 litros de óleo de cozinha e mais de 600 itens de higiene. Essas doações fizeram uma diferença significativa na vida de centenas de pessoas assistidas pela AACC de Cuiabá, APAE de Rosário Oeste, Fundação Lar Cristão de Rondonópolis e Associação das Obras Sociais Reviver, de Lucas do Rio Verde.

8.1.6. Inclusão e Igualdade de gênero

A Nova Rota realizou uma ação de responsabilidade social para promover a diversidade e inclusão, focada em incentivar a participação das mulheres em áreas como Tecnologia da Informação e Operações, tradicionalmente dominadas por homens. Em parceria com o Senai, foram realizadas palestras e um talk show com depoimentos de integrantes femininas da empresa nessas áreas, direcionadas a futuras aprendizes interessadas em explorar novas oportunidades de carreira.

O evento, realizado em Cuiabá - MT, teve como objetivo fornecer informações sobre as oportunidades disponíveis e incentivar a participação das alunas, promovendo a igualdade de gênero. Foram abordados temas como o histórico da concessão da Nova Rota, a presença da mulher no mercado de trabalho, o programa de Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento da empresa, além de testemunhos inspiradores compartilhando experiências, desafios e conquistas. As discussões destacaram o potencial das mulheres nesses campos e incentivaram a construção de um ambiente mais inclusivo e diversificado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.1.7. Simulação de direção e de estados alterados de consciência

Reconhecendo os sérios riscos associados à condução sob a influência do álcool, a Nova Rota do Oeste implementou com a Polícia Rodoviária Federal uma campanha de conscientização fornecendo óculos simuladores de embriaguez aos participantes de eventos realizados junto à sociedade. Esses óculos simulam os efeitos da embriaguez, como visão turva e falta de coordenação motora, permitindo que os participantes tenham uma experiência realista e impactante dos perigos da direção sob a influência do álcool.

Além dos óculos simuladores de embriaguez, a Nova Rota desenvolveu um simulador de direção com óculos de realidade virtual. Este simulador oferece aos participantes a oportunidade de experimentar situações de tráfego desafiadoras e potencialmente perigosas em um ambiente seguro e controlado. Os óculos de realidade virtual proporcionam uma imersão completa, permitindo que os usuários vivenciem as consequências de comportamentos imprudentes ao volante, como distração e excesso de velocidade.

Ao todo foram seis dias em duas campanhas, uma no Shopping Estação, em Cuiabá - MT e a outra no evento Farm Show, em Primavera do Leste - MT. Participaram das simulações um total de 960 pessoas.

8.1.8. Operação freio

A Operação Freio, uma parceria entre a Nova Rota do Oeste e a PRF, tem como objetivo promover a segurança viária e prevenir acidentes envolvendo caminhões na BR-163. Através de blitzes específicas, equipes especializadas realizam inspeções detalhadas nos sistemas de freios dos caminhões, verificando sua eficiência e estado de conservação.

Essa análise minuciosa visa identificar e alertar os condutores sobre possíveis problemas que comprometam o desempenho adequado dos freios, incentivando a manutenção preventiva ou reparos imediatos. Em 2023 foram realizadas 65 edições da Operação e atendidos mais de 1600 condutores, a Operação Freio busca conscientizar os condutores sobre a importância da manutenção regular dos freios, visando prevenir acidentes graves nas rodovias e garantir a segurança de todos os usuários.

8.1.9. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Plano de Ação de Emergência (PAE)

Em setembro de 2023, ocorreu o exercício simulado de Sinistro com Produto Perigoso em Nova Mutum - MT, contando com a participação de todos os órgãos envolvidos no atendimento a esse tipo de ocorrência. Esse exercício faz parte do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Plano de Ação de Emergência (PAE) do Trecho sob Concessão, capacitando as equipes para lidar com situações que exigem intervenção no meio ambiente.

8.1.10. Rota para Futuro

Em novembro de 2023, a Nova Rota teve o projeto “Rota para Futuro” selecionado como finalistas do Prêmio ANTT – Destaques 2023. O projeto abrange todas as atividades desenvolvidas pela Concessionária, embasadas no compromisso com a sustentabilidade, ou seja, buscam otimizar o uso de recursos naturais, minimizar ou mitigar impactos ambientais, adotar práticas de reciclagem, proteger a biodiversidade, compreender e respeitar as diversidades culturais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.1.11. Fetran – Festival Estudantil Temático de Trânsito

A Nova Rota em 2023 também participou como parceira da PRF na realização do Fetran, um festival que visa promover a educação para o trânsito por meio das artes cênicas. O objetivo é proporcionar conhecimento das normas e leis de trânsito ao público estudantil das escolas de Mato Grosso, incentivando um comportamento proativo para reduzir o índice de acidentes e mortes nas vias, especialmente na BR-163. O festival se enquadra como evento de Educação para o Trânsito, alinhando-se às diretrizes da ANTT e do contrato de concessão da rodovia, com foco na promoção da cidadania e no fortalecimento da democracia.

Durante a realização dos espetáculos houve a participação direta de mais de 1.000 alunos, com uma plateia estimada em 15 mil pessoas. Todos impactados pelas mensagens da educação no trânsito para a preservação de vidas.

9. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as informações financeiras da Nova Rota foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

10. Agradecimentos

A administração da Nova Rota registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao seu novo controlador, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, ao Governo do Estado de Mato Grosso e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

José Aparecido dos Santos	Presidente do Conselho
Rogério Luiz Gallo	Membro do Conselho
Marcelo de Oliveira e Silva	Membro do Conselho
Guilherme Rehder Quintella	Membro do Conselho
Luiz Carlos Moreira Lima	Membro do Conselho

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Diretoria Executiva**

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Wilson Ferreira Medeiros	Diretor sem designação específica

Contador responsável

Gerente de Controladoria	Ademir Carbonez
	CRC 1SP168398/O-7 SP

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "Nova Rota"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015. É responsável pela exploração do sistema rodoviário composto por 850,9 km de concessão da BR-163/MT, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, abrangendo 19 (dezenove) municípios no estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.

A Concessão da BR-163/MT se destaca como componente logístico na produção agrícola da região e, portanto, são previstos investimentos em duplicação e demais melhorias, visando a fluidez na trafegabilidade da rodovia, a segurança e o conforto dos usuários.

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 02 de maio de 2023, a MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR"), concluiu a aquisição da Companhia e se tornou proprietária da totalidade de ações (100%) do capital social após o atendimento das condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento previstos no contrato de compra e venda de ações celebrados com OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias").

Tratativas para solução do Contrato e retomada dos investimentos – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo inicialmente contratados, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País, à época, trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia buscou alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos.

No contexto desse processo, a MTPAR, sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso, motivada pelo interesse público que permeia a principal rodovia em seu território e norteada por um possível endereçamento de solução quanto à retomada dos investimentos, por meio de seus representantes, apresentou à ANTT o interesse em assumir o controle societário da Nova Rota.

Visando a retomada dos investimentos contratuais, e opção alternativa em relação aos processos de caducidade e relitação do contrato, em 23 de agosto de 2022, a Nova Rota protocolou na Agência requerimento para anuência da troca de controle acionário, como modo de possibilitar a financiabilidade do projeto e célere da retomada dos investimentos de duplicação, com conclusão prevista em 08 anos, mediante assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta entre as partes. A proposta tramitou em procedimento administrativo de análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão unânime da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC.

No dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação (“TAC Plano de Ação”), condicionado a troca de controle acionário da Companhia. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

No dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da Companhia e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação.

Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da Companhia para a MTPAR na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382 publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta - Plano de Ação (TAC) e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

No dia 17 de janeiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), cujo objeto era a venda da integralidade das ações da Companhia, detidas pela OTP Rodovias S.A. (“Transação”). A transação foi concluída no dia 02 de maio de 2023 após a satisfação de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No dia 03 de maio de 2023, a ANTT, por meio do Ofício SEI nº 13749/2023/DG-ANTT, atestou o atendimento, pela Nova Rota, da totalidade das condicionantes de eficácia do TAC Plano de Ação, considerando a renúncia, pela concessionária, da condição prevista no item “v” da cláusula 4.2 do referido TAC, e o entendimento da ANTT, proferido por meio do Ofício SEI nº 13717/2023/GEGEF/SUOD/DIR-ANTT, também de 03 de maio de 2023, quanto ao atendimento das demais condicionantes.

Dentro de 1 (um) ano após o início da eficácia do TAC será celebrado termo aditivo contratual, ampliando o prazo do Contrato de Concessão por 5 (cinco) anos.

Os investimentos previstos no contrato de concessão de ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 08 (oito) anos conforme regrado no TAC Plano de Ação, assinado em 04 de outubro de 2022. O aporte para aumento de capital social realizado pelo novo acionista tem o objetivo de retomar os investimentos.

Diante do início da eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC Plano de Ação”), no dia 08 de maio de 2023, a Tarifa de Pedágio média cobrada nas Praças do Sistema Rodoviário concedido, mantida em seu patamar desde setembro de 2018, passou a vigor com o reajuste médio equivalente de 16,6%. O reajuste foi aprovado por meio da Deliberação nº 33/2023, de 10 de fevereiro de 2023, em conformidade com a Cláusula 3.1, “v” do TAC Plano de Ação.

Em sessão plenária do Tribunal de Contas da União ocorrida no dia 31 de maio de 2023, os Ministros da Corte acordaram em autorizar a Agência Nacional de Transportes Terrestres a suspender os efeitos tarifários decorrentes das determinações proferidas no âmbito dos processos TC nº 032.830/2016-5 e nº 023.217/2015-4, acolhendo o pedido realizado pela ANTT, conforme regrado na Cláusula 3.1 “vi” do TAC. Na ocasião, a ANTT também foi autorizada a extinguir os efeitos tarifários das determinações supracitadas no caso de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta.

A Concessionária, em conjunto com a MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”), envidou seus melhores esforços para a retomada imediata dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, como as obras adequação de parâmetros nos trechos norte (km 507+000 ao km 855+000) e centro (km 321+300 ao km 453+600), a partir da eficácia do TAC, o início das obras de duplicação entre os segmentos de Posto Gil a Nova Mutum (km 507+100 ao km 592+900) a partir do dia 14 de julho de 2023 e intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário.

No dia 04 de setembro de 2023, a ANTT aprova o reajuste da Tarifa de Pedágio – 8ª Revisão Ordinária, por meio da Deliberação nº 291 de 04 de setembro de 2023, com efeitos econômico-financeiros a partir do dia 06 de setembro de 2023, com reajuste de 17% devido a recomposição inflacionária do período e retomada das revisões anuais ordinárias da tarifa.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possuía autos de infração lavrados pela ANTT os quais a Agência alegava o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Atualmente, em razão da eficácia do TAC, o passivo regulatório da Nova Rota está suspenso e será extinto quando do cumprimento integral das obrigações previstas no ajuste, conforme cláusula terceira do referido instrumento.

Em decorrência da celebração do TAC, a Nova Rota protocolou, em 02 de maio de 2023, uma manifestação pedindo a renúncia integral, definitiva e irretratável das pretensões formuladas na arbitragem, conforme Ofício nº 5.338/2023 de 17 de maio de 2023. A ANTT manifestou a sua concordância com a renúncia apresentada pela Nova Rota no âmbito do processo arbitral.

Em 12 de junho de 2023 foi homologada pela Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) a Sentença Arbitral conforme o acordo entabulado entre a Concessionária e a ANTT, nos termos da cláusula décima-quarta do TAC Plano de Ação, assim extinguindo, definitivamente, o Procedimento Arbitral instaurado pela Concessionária.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regramento do TAC, em 16 de dezembro de 2022 a ANTT requereu ao TCU a extinção do processo e seu arquivamento após comprovação do efetivo cumprimento do TAC. O pedido de suspensão apresentado pela ANTT foi analisado pelos Ministros relatores de cada um dos processos e deferido conforme acórdãos: Acórdão nº 1111/2023 (TC 023.217/2015-4) e Acórdão nº 1100/2023 (TC 032.830/2016-5).

Desta forma, atualmente o passivo regulatório está suspenso até o cumprimento do TAC, tanto aquele proveniente de multa por inexecuções contratuais, como aqueles decorrentes de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União, assim como de reequilíbrios econômicos e financeiros do Contrato, em razão da ausência dos investimentos (Fator D), conforme exposto na cláusula 3.1, inciso iii do TAC, até o saneamento das inexecuções contratuais no prazo de 08 anos conforme cronograma fixado, quando então, as multas e passivos serão extintos definitivamente.

Capital circulante líquido

Diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal (“CEF”), a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédito Agrícola, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil (individualmente “Credor” e em conjunto “Credores”), qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como condição de eficácia da troca de controle acionário da Companhia, os Credores da Concessionária realizaram a quitação de suas obrigações com a Nova Rota mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado do controlador ("MTPAR FIDC NP"). O instrumento que rege os termos e condições entre a Companhia e a MTPAR FIDC NP está em negociação, sua conclusão está vinculada a nova captação de recursos juntos ao novo financiamento que a Nova Rota está buscando.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia excede o passivo circulante em R\$ 561.680 (31 de dezembro de 2022, o passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$ 931.063), em virtude da negociação realizada com os Credores da Companhia para a eficácia da troca de controle acionário.

Governança e Compliance

A Companhia possui compromisso de, continuamente, atuar com ética, transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar uma conduta baseada em princípios e valores éticos, com o desenvolvimento e constante aprimoramento das ferramentas para prevenção, detecção e remediação de riscos de não conformidade.

A Companhia mantém o padrão de conformidade que abrange todos os pilares de um eficaz programa de conformidade, além do compromisso de constante reavaliação das ferramentas e controles, de modo a identificar falhas e promover a melhoria contínua dos procedimentos internos.

2. Políticas contábeis relevantes

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2024.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (nota explicativa nº 8), "Contas a receber" (nota explicativa nº 9) e "Outros ativos", e ao valor justo por meio do resultado o saldo de "Aplicações financeiras".

Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2023	2022	2023	2022	2023	2022
453.854	153.671	(453.854)	(153.671)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência, entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- f) Em 20 de outubro de 2023 a CVM dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. A nova Norma de Sustentabilidade ISSB (IFRS S1 e S2) será efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Fornecedores	16	48.843	16.321
Empréstimos e financiamentos	17	-	1.008.727
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Fornecedores	16	17.547	3.979
Fornecedores - partes relacionadas	11	389	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	456.138
Empréstimos e financiamentos	17	953.074	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

Mediante a troca de controle acionário, a Companhia está em negociação com seu novo credor para definição dos termos e condições para reestruturação de endividamento. Dessa forma, não há sensibilidades tangíveis a se apurar para este exercício quanto ao seu endividamento.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de *rating* de crédito como empresas de excelente crédito.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	17	1.008.727	953.074
Arrendamento mercantil operacional	18	9.976	10.479
Caixa e equivalentes de caixa	8	(582.394)	(27.548)
Dívida líquida		436.309	936.005
Total do patrimônio líquido	23	1.861.174	489.405
Total do capital próprio e de terceiros		2.297.483	1.425.410
Índice de alavancagem financeira - %		19%	66%

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
		2023	2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	582.394	27.548
Contas a receber	9	41.720	28.420
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	148
		624.114	56.116
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	17	1.008.727	953.074
Arrendamento mercantil operacional	18	9.976	10.479
Fornecedores	16	65.164	21.526
Fornecedores - partes relacionadas	11	-	389
Mútuos - partes relacionadas	11	-	456.138
Outros passivos	20	3.843	9.922
		1.087.710	1.451.528

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2023	2022
Contas a receber		
Pedágios	40.863	28.121
Receitas acessórias	857	299
Total de contas a receber	41.720	28.420
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	3
Numerários em trânsito	1.319	422
Fundo de troco	571	521
Bancos conta movimento	63.434	7.317
Aplicações financeiras	517.066	19.285
Total de caixa e equivalentes de caixa	582.394	27.548

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa geral	4	3
Numerários em trânsito	1.319	422
Fundo de troco	571	521
Bancos conta movimento	63.434	7.317
Aplicações financeiras (i) (ii)	517.066	19.285
	582.394	27.548

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2023 varia de 96% a 110% do CDI.
- (ii) A Companhia mantém recursos de aplicação financeira no curto prazo para cumprir o cronograma de obras de infraestrutura.

9. Contas a receber

	2023	2022
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	38.394	24.392
Receitas acessórias	857	299
Vale pedágio	2.469	3.729
	41.720	28.420

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesas antecipadas

	2023	2022
Seguros a apropriar (i)	16.257	4.909
Vale alimentação	924	749
Estruturação financeira	475	-
	17.656	5.658
Ativo circulante	7.183	5.658
Ativo não circulante	10.473	-

- (i) Com a eficácia do TAC e a retomada das obras, foi realizada a contratação de seguro garantia de concessões públicas com vigência de 05 anos (nota explicativa nº32).

11. Partes relacionadas

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2022 com empresas do Grupo do ex-acionista controlador da Companhia foram baixados em virtude da aquisição da Companhia pela MTPAR em maio de 2023 (nota explicativa nº 01).

	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	-	2	-
OTP Rodovias S.A. (i) (ii)	148	260	388.476
OTP S.A. (iii)	-	-	67.662
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	127	-
31 de dezembro de 2022	148	389	456.138
31 de dezembro de 2023	-	-	-

	Resultado		
	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Resultado financeiro
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (vi)	307	-	-
OTP Rodovias S.A. (vi)	1.662	-	-
OTP S.A. (iii) (iv)	4	-	3.614
Vexty Previdência ("Vexty") (v)	-	322	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.973	322	3.614
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.294	521	(22.744)

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui saldos de ativos e passivos com partes relacionadas. As transações que influenciaram o resultado estão apresentadas a seguir:

(i) OTP Rodovias S.A.

Data do contrato	Taxa de remuneração	2023	2022
30/12/2015	125% do CDI	-	234.460
23/02/2016	125% do CDI	-	30.024
14/03/2016	125% do CDI	-	23.487
28/03/2016	125% do CDI	-	31.131
08/07/2016	125% do CDI	-	29.705
06/06/2019	125% do CDI	-	13.251
18/06/2019	125% do CDI	-	26.418
Total		-	388.476

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos captados através destas operações de mútuos foram exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia e pagamentos parciais das dívidas.

Os mútuos estavam subordinados a quitação da Obrigação de Reembolso das Fianças Honradas, sendo negociadas no âmbito dos Instrumentos de Inação com o Credores Sub-rogados. O vencimento dos mútuos era indeterminado, conforme aditivo.

Em último aditivo firmado em novembro de 2020 entre as partes e subordinados aos credores do CPG - Contrato de Prestação de Garantia da Nova Rota, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da OTP Rodovias à Nova Rota com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

Em 02 de maio de 2023, conforme condição de eficácia da troca de controle acionário da Companhia, foram realizados (i) quitação parcial de saldo dos mútuos no valor de R\$ 20.000, e (ii) integralização do saldo remanescente dos mútuos no valor de R\$ 439.753 no Capital Social da Companhia.

- (ii) Os valores apresentados decorreram de repasses referente a movimentações trabalhistas.
- (iii) OTP S.A.

Data de liberação	Taxa de remuneração	2023	2022
24/06/2016	125% do CDI	-	67.662
		-	67.662

O mútuo firmado com a OTP estava subordinado a quitação do contrato de empréstimo sub-rogado através de Instrumentos de Inação junto aos Credores. O mútuo poderia ser liquidado antecipadamente, caso a Obrigação de Reembolso seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Até 02 de maio de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.614 de juros sobre o contrato de mútuo.

- (iv) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.
- (v) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.
- (vi) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados.

b) Honorários da diretoria e Conselho de Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizaram:

	2023	2022
Salários	3.890	4.752
Encargos	455	485
Previdência complementar	30	96
Outros	73	102
	4.448	5.435

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2022	Resultado	2023
Ativo (passivo) fiscal diferido			
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP (i)	(28.430)	(6.147)	(34.577)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01 (ii)	48.141	(13.624)	34.517
Outras diferenças temporárias (ii)	6.936	1.121	8.057
	26.647	(18.650)	7.997

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

- (i) Os saldos capitalizados em itens do ativo intangível estão sendo amortizados com base na curva de demanda até o final do Contrato de Concessão, portanto, sua realização ocorrerá com a amortização total dos referidos.
- (ii) A realização da provisão para manutenção de conserva especial está prevista para ocorrer nos próximos 24 meses.
- (iii) Os saldos de outras diferenças temporárias estão previstos para ocorrer nos próximos 60 meses.

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2023	2022
Computadores e periféricos	5	3.860	(2.790)	1.070	423
Equipamentos e instalações	10	1.152	(787)	365	416
Móveis e utensílios	5 a 10	814	(580)	234	150
Veículos	20	3.049	(2.149)	900	540
		8.875	(6.306)	2.569	1.529

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	2.984	1.044	671	2.438	7.137
Depreciação acumulada	(2.561)	(628)	(521)	(1.898)	(5.608)
31 de dezembro de 2022	423	416	150	540	1.529
Adições	876	108	146	770	1.900
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Depreciação	(229)	(159)	(62)	(408)	(858)
Saldo contábil	1.070	365	234	900	2.569
Custo	3.860	1.152	814	3.049	8.875
Depreciação acumulada	(2.790)	(787)	(580)	(2.149)	(6.306)
31 de dezembro de 2023	1.070	365	234	900	2.569
Taxas anuais de depreciação (%)	5	10	5 a 10	20	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo dos serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas nºs 25 e 26.

14. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável (i)	Total
Custo	1.242.845	103.597	915.591	4.901	55.930	-	2.322.864
Amortização	(142.190)	(25.828)	(111.630)	(2.083)	(45.739)	-	(327.470)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.100.655	77.769	803.961	2.818	10.191	(12.014)	1.983.380
Adições	313.918	15.703	64.180	319	6.627	-	400.747
Amortização	(36.533)	(6.144)	(24.183)	(939)	(7.240)	-	(75.039)
Baixas	-	(1.284)	-	-	-	-	(1.284)
Saldo contábil	1.378.040	86.044	843.958	2.198	9.578	(12.014)	2.307.804
Custo	1.556.762	114.134	979.772	5.220	62.558	-	2.718.446
Amortização	(178.722)	(28.090)	(135.814)	(3.022)	(52.980)	-	(398.628)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.378.040	86.044	843.958	2.198	9.578	(12.014)	2.307.804
Taxas anuais de amortização (%)				20			

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Com a retomada das obras, esses itens estão sendo alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de reaproveitamento dos investimentos já realizados ou possíveis baixas.

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Recuperação

A rubrica “Recuperação” consiste em gastos incorridos na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

• Operação

A rubrica “Operação” consiste basicamente em gastos incorridos na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

• Melhoramentos

A rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente em gastos incorridos duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	2023	2022
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	10.191	11.127
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	6.627	10.411
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(6.848)	(9.430)
	(392)	(1.917)
	9.578	10.191

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas 25 e 26.

15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Softwares	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo	21.319	62	14.585	384	-	518	36.868
31 de dezembro de 2022	21.319	62	14.585	384	-	518	36.868
Adições	2.332	-	57.721	8.536	2.577	582	71.748
Baixas	-	-	-	(384)	-	(452)	(836)
Saldo contábil	23.651	62	72.306	8.536	2.577	648	107.780
Custo	23.651	62	72.306	8.536	2.577	648	107.780
31 de dezembro de 2023	23.651	62	72.306	8.536	2.577	648	107.780

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	24.656	5.622
Prestadores de serviços	40.508	15.904
	65.164	21.526
Passivo circulante	48.843	17.547
Passivo não circulante	16.321	3.979

O aumento no saldo de fornecedores é decorrente da retomada das obras, em virtude da eficácia do TAC Plano de Ação e troca de controle acionário da Companhia (nota explicativa nº 01).

17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2023	2022
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	-	323.785
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	-	28.068
Empréstimo Banco Crédit Agricole Brasil S (c)	R\$	DI + 5,20%	-	114.295
Empréstimo Banco do Brasil (c)	R\$	DI + 5,20%	-	149.769
Empréstimo Banco Itaú S.A. (c)	R\$	DI + 2,10%	-	78.670
Empréstimo Banco Pine S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	-	79.567
Empréstimo ING BANK N.V. (c)	R\$	DI + 5,20%	-	178.920
MTPAR FIDC NP (d)	R\$	Em negociação	1.008.727	-
			1.008.727	953.074

a) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	953.074	950.262
Juros provisionados	57.631	160.439
Juros pagos	(1.978)	(54.758)
Amortização do principal	-	(102.869)
Custo de transação	(14.019)	(1.990)
Amortização do custo de transação	14.019	1.990
Saldo final	1.008.727	953.074

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal ("CEF") assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidiriam juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao longo dos anos, a Companhia realizou pagamentos parciais de amortização do saldo devedor junto a CEF. Maiores detalhes foram descritos nas demonstrações financeiras anteriores da Companhia.

O vencimento original do Contrato de Financiamento estava previsto para 20 de fevereiro de 2017. As partes celebraram vários aditivos contratuais prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo, que permaneceu vencido de maio de 2019 até maio de 2023, quando ocorreu a quitação do saldo devedor como condição de eficácia da troca de controle acionário da Companhia em 02 de maio de 2023.

A partir da eficácia da troca de controle a Nova Rota realizou a quitação do saldo devedor junto a Credor mediante a Sub-rogação das obrigações de seu contrato para o novo Credor MTPAR FIDC NP. Conforme descrito na nota explicativa nº 01, o instrumento que rege os termos e condições entre a Companhia e o novo Credor do passivo financeiro cedido está em negociação.

c) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento integral da dívida do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, em decorrência disso se sub-rogaram na qualidade de Credores da Nova Rota para todos os fins de direito.

Ao longo dos anos, a Companhia realizou pagamentos parciais aos Bancos sub-rogadores, de acordo com instrumentos contratuais acordados com os Credores. Maiores detalhes foram descritos nas demonstrações financeiras anteriores da Companhia.

Em 02 de maio de 2023 as obrigações da Companhia junto aos credores foram quitadas mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado do controlador ("MTPAR FIDC NP"). Dessa forma, o MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota.

d) MTPAR FIDC NP

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Conforme descrito na nota explicativa nº 01, o instrumento que regerá os termos e condições entre a Companhia e a MTPAR FIDC NP está em negociação.

e) Garantias

Anteriormente, os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detinham como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia à época, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a cessão e sub-rogação dos créditos dos antigos credores para o novo credor, a Companhia não possui bens ou direitos dados como garantias reais ou fidejussórias.

f) Principais compromissos assumidos

A companhia não assumiu novos compromissos em 31 de dezembro de 2023.

18. Arrendamento mercantil operacional

	2023	2022
Saldo inicial	10.479	11.848
Adições	6.627	10.411
Apropriação de juros	216	651
Baixas	(7.346)	(12.431)
Saldo final	9.976	10.479
Passivo circulante	6.630	5.244
Passivo não circulante	3.346	5.235

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

19. Salários e encargos sociais

	2023	2022
Encargos sociais e trabalhistas	7.245	5.303
Participação nos lucros e resultados	9.154	6.759
	16.399	12.062

20. Outros passivos

	2023	2022
Multa (i)	2.918	4.149
Seguros a pagar	923	5.770
Outras contas a pagar	2	3
	3.843	9.922
Passivo circulante	2.156	7.004
Passivo não circulante	1.687	2.918

(i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração não abarcados no TAC Plano de Ação, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

(ii) As multas parceladas são processos administrativos julgados pela ANTT anterior à celebração do TAC e não foram judicializados pela Concessionária.

21. Provisão para contingências

	2023	2022
Reclamações cíveis	3.775	2.531
Reclamações trabalhistas	94	153
Outras contingências	3.524	-
	3.869	2.684

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	2.684	3.235
Provisão	4.709	2.592
Reversão	-	(3.143)
Saldo final	7.393	2.684

A Companhia tem ações de natureza cível no montante de R\$ 3.781 e trabalhista no montante de R\$ 1.683, totalizando o montante de R\$ 5.464 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 18.665).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta R\$ 1.555 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.251) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

b) Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Nos anos 1990 algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional.

No julgamento de Ação Direta Inconstitucional (“ADI”) 15, ocorrida no ano de 2007, o STF afirmou a constitucionalidade da contribuição e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento.

Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários (“RE”) 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, em que o STF apreciaria o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos recolhidos de forma continuada, ou seja, aqueles que se repetem periodicamente, perde seus efeitos no momento em que a Corte se pronunciar em sentido contrário.

Como a matéria tem por base os efeitos da ADI de 2007, o SFT entende que não há o que se falar em efeitos de modulação a partir de 2023, retroagindo os seus efeitos da decisão do SFT até 2007.

Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão do STF posterior, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, em sentido contrário, ou seja, pela legitimidade da exigência do tributo, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento a partir da data do julgamento do STF, sendo que as coisas julgadas suscetíveis de serem alcançadas por essa nova decisão do STF são aquelas de trato continuado em matéria tributária, ou seja, aqueles tributos que se repetem continuamente, por exemplo que se calculam e recolhem em bases mensais, trimestrais ou anuais.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, os pressupostos para que a coisa julgada individualmente formada deixe de produzir seus efeitos passam a ser:

- A entidade tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e
- O STF defina, em repercussão geral ou em controle concentrado, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão individual obtida pela empresa em momento posterior ao do trânsito em julgado individual, não sendo qualquer decisão do STF que cessará a coisa julgada, mas apenas as proferidas sob o rito de repercussão geral ou de controle concentrado.

A Companhia possui decisões favoráveis que possibilitam o não recolhimento de tributos, quais sejam: exclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS; contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, auxílios doença e acidentário e o adicional de 1/3 sobre as férias; contribuição previdenciária sobre os valores descontados a título de vale-transporte e auxílio-alimentação; ICMS incidente sobre a TUSD (energia elétrica); contribuições previdenciárias os valores relativos à remuneração paga aos menores aprendizes.

Diante disso, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF neste momento e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023. Em relação à contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias, informa-se que, mesmo com sentença favorável, a Nova Rota está recolhendo normalmente o referido tributo, tendo em vista decisões contrárias proferidas pelos Tribunais Superiores. Portanto, não há risco iminente.

22. Provisão para conserva especial

a) Composição

	2023	2022
Provisão de conserva especial	101.521	162.746
	101.521	162.746

b) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	162.746	150.899
Constituição de provisão ajuste a valor presente	-	(4.035)
Provisão de conserva especial	-	29.161
Baixa de provisão de conserva especial	(61.225)	(13.279)
Saldo final	101.521	162.746

Em decorrência das tratativas apresentadas pela Companhia para a retomada dos investimentos contratuais, com a celebração do TAC Plano de Ação e o TA Relicitação, detalhados na nota explicativa nº 01, a Administração optou pela suspensão da constituição de novas adições a provisão de conserva especial a partir do terceiro trimestre do exercício de 2022 até definição da solução jurídica/regulatória.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a eficácia do TAC Plano de Ação e extinção da Devolução Amigável (relicitação), a provisão será reavaliada de acordo com o novo cronograma de obras e a sua liberação para a utilização.

A baixa de provisão de conserva especial, por outro lado, representou sua utilização em gastos para conservação do Sistema Rodoviário.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Durante o exercício de 2023, foram integralizados no Capital Social da Companhia os seguintes valores: R\$ 439.753 referente saldo remanescente dos mútuos juntos a OTP Rodovias (nota explicativa nº 11), e R\$ 520.000 referente ao primeiro aporte de capital da MTPAR, ambos ocorreram no dia 02 de maio de 2023. Além disso, foi integralizado em 28 de dezembro de 2023 o segundo aporte de capital da MTPAR no valor de R\$ 170.000, totalizando, assim, o montante de aumento de capital de R\$ 1.129.753 integralizados em moeda nacional corrente, correspondentes a emissão de 1.129.752.891 novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	
		2023	2022
MT Participações e Projetos S.A.	1.521.810.533	1.521.811	-
OTP Rodovias S.A.	-	-	392.058
	1.521.810.533	1.521.811	392.058

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o montante de R\$ 83.936 (R\$ 39.887 em 31 de dezembro de 2022) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R\$ 13.751 (R\$ 3.853 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou o montante de R\$ 194.658 (R\$ 53.607 em 31 de dezembro de 2022).

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 47.017. A Companhia destaca que não tem histórico de pagamento de dividendos e JSCP aos acionistas desde sua constituição.

24. Receita líquida

	2023	2022
Receitas acessórias	7.158	5.384
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	456.756	344.167
Receitas de vale pedágio (ii)	121.709	77.838
Receitas em numerário	75.045	97.695
Receita operacional	660.668	525.084
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	453.854	153.671
Receita bruta	1.114.522	678.755
Tributos sobre serviços de operação	(54.514)	(43.411)
Outras deduções	(47)	(48)
Receita líquida	1.059.961	635.296

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas. O aumento significativo de receita de AVI é decorrente de reajuste tarifário, conforme informado na nota explicativa nº 1.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu, R\$ 453.854 e R\$ 153.671, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento da receita de construção é referente a retomada das obras de duplicação e recuperação da rodovia.

25. Custo dos serviços

	2023	2022
Depreciação e amortização	(71.832)	(64.380)
Despesa com veículos	(13.383)	(15.429)
Gastos gerais	(16.028)	(14.785)
Materiais e equipamentos	(2.700)	(7.377)
Provisão para conserva especial	-	(21.941)
Salários e encargos	(49.310)	(43.224)
Seguros	(12.041)	(20.140)
Serviços de terceiros	(52.191)	(41.073)
	(217.485)	(228.349)
Custo de construção ICPC 01-R1	(453.854)	(153.671)
	(671.339)	(382.020)

26. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Depreciação e amortização	(3.673)	(2.526)
Despesa com veículos	(389)	(130)
Despesas com viagens	(1.421)	(1.154)
Gastos gerais	(8.892)	(3.374)
Materiais e equipamentos	(3.630)	(1.588)
Provisão para contingências	(1.186)	551
Salários e encargos	(23.031)	(16.864)
Serviços de terceiros	(9.296)	(18.138)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.985)	(1.370)
	(53.502)	(44.593)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Custo na venda de imobilizado	(1.337)	(183)
Multas	-	(716)
Outras receitas	1.375	1.129
Receita na venda de imobilizado	3	535
Venda de sucata	1.928	116
	1.969	881

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	43.293	2.647
Outras	1.505	1.267
	44.798	3.914
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	-	(3.185)
Arrendamento mercantil operacional	(605)	(60)
Custos de transação (i)	(14.019)	(1.990)
Juros sobre atraso	(1.649)	36.395
Juros sobre empréstimos	(57.631)	(160.439)
Juros sobre mútuos	(3.614)	(9.180)
Outras	(4.620)	(1.678)
	(82.138)	(140.137)
Resultado financeiro, líquido	(37.340)	(136.223)

- (i) O aumento de custos de transação foi decorrente dos gastos auferidos para a reestruturação da dívida da Concessionária.

29. Imposto de renda e contribuição social correntes

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2023		2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	299.749	299.749	73.341	73.341
Adições temporárias	62.159	62.159	49.103	49.103
Adições permanentes	3.283	3.283	145	145
Exclusões	(117.011)	(117.011)	(37.503)	(37.503)
Lucro real	248.180	248.180	85.086	85.086
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(21.512)	(21.512)
Base cálculo	248.180	248.180	63.574	63.574
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	62.021	22.336	15.869	5.722
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(1.225)	-	(382)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	60.796	22.336	15.487	5.722
Incentivos fiscais (SUDAM)	(44.049)	-	(14.333)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	16.747	22.336	1.154	5.722
Total Imposto de Renda e Contribuição social		38.083		6.876

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Lucro do exercício	242.016	63.034
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.031.949	390.602
Lucro básico por lote de mil ações	234,52	161,38

31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2023	2022
Fornecedores	7.346	12.431
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	7.346	12.431
Arrendamento Operacional	(7.346)	(12.431)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(7.346)	(12.431)

32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades e para atender as obrigações do contrato de concessão, com condições estabelecidas pela ANTT.

O contrato de concessão exige manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil; e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	466.537	abr/23 a abr/28
Risco operacional	350.000	jun/23 a jun/24
Responsabilidade civil	80.000	dez/22 a dez/24
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/23 a abr/24
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/23 a set/24
Risco de engenharia – SAUs	19.814	jun/23 a mai/25
Responsabilidade civil obras – SAUs	10.000	jun/23 a mai/24

33. Eventos Subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

Considerando que o benefício fiscal que a Companhia está habilitada é da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com base no artigo 17 da referido Lei, é de entendimento da Companhia que não haverá impactos nas suas operações, porém será realizado estudo mais aprofundado em 2024 para consolidar o entendimento.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa a concretização da transferência do controle acionário da Companhia em 02 de maio de 2023, que resultou em: (i) aumento e integralização de capital social; (ii) situação de suficiência de capital circulante líquido em R\$ 561.680 mil; (iii) suspensão pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos processos relacionados a autos de infração em fase administrativa e iv) a eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de ação ("TAC Plano de Ação") para a retomada dos investimentos e do reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Concretização da transferência acionária da Companhia

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 02 de maio de 2023, houve a concretização da transferência do controle acionário da Companhia, na qual a MT Participações e Projetos S.A ("MT PAR") se tornou proprietária da totalidade de ações (100%) do capital social, após os atendimentos das condições e cumprimentos previstos no contrato de compra e venda de ações celebrados com a OTP Rodovia S.A. A avaliação da troca acionária da Companhia foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de atendimentos das obrigações e condições junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decorrente do Termo de Ajuste de Conduta Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), bem como a avaliação entre as partes envolvidas no instrumento.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre os outros:

- Avaliação dos instrumentos particulares de compra e venda das ações da Companhia;
- Avaliação e análise das condições a serem cumpridas de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta Plano de Ação;
- Confronto dos saldos contábeis de partes relacionadas e passivos financeiros a ser liquidado decorrente do instrumento de compra e venda de ações;
- Discussões com administradores e assessores jurídicos da Companhia quanto a efeitos da troca acionária e;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas dos procedimentos de auditoria supracitados, consideramos que a venda de ações da Companhia, bem como as exigências das condições do TAC Plano da Ação junto a ANTT, vem sendo atendidas satisfatoriamente, bem como os

impactos contábeis foram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principal assunto de auditoria

Avaliação de impairment dos impostos diferidos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2023, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 7.997 mil. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseado em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre os outros:

- Avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos de acordo com os requerimentos do NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o lucro;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição dos impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade dos impostos diferidos, a luz dos prazos estimados conforme o TAC Plano de Ação;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos atendem aos requisitos descritos no NBC TG 32, bem como se as respectivas divulgações da Nota Explicativa nº 11 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparação, foram auditados por nós e o nosso relatório, datado em 21 de março de 2023, continha parágrafo de incerteza relevante relacionado à continuidade operacional devido a passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 931.063 mil, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo junto a instituições financeiras, contraídas em função da não liberação do financiamento de longo prazo junto ao BDNS previsto no plano de negócios, bem como decorrente dos processos relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão na esfera administrativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Cuiabá, 20 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116001/O-3 – S - MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e;

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Cuiabá, 20 de março de 2024.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e;

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Cuiabá, 20 de março de 2024.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores